

# GECORPA propõe à Ordem dos Engenheiros a criação de Especialização em Conservação do Património Arquitectónico para engenheiros civis

**A**s intervenções de reabilitação de construções existentes e de conservação do património arquitectónico envolvem uma elevada especificidade e uma complexidade bastante maior do que a construção corrente (baseada, sobretudo, no betão e no aço), exigindo uma muito maior minúcia e rigor, quer ao nível do projecto, quer da execução. Nelas se recorre, frequentemente, a técnicas e materiais que diferem dos que são, hoje em dia, normalmente utilizados na construção contemporânea de edifícios e obras públicas.

A especificidade desta área resulta, basicamente:

- a) De uma filosofia e métodos especializados de estudo, avaliação e intervenção, capazes de se adaptarem a cada monumento ou edifício histórico;
- b) De uma necessidade de trabalho em equipas multidisciplinares, envolvendo arquitectos, engenheiros, historiadores da arte, químicos, mineralogistas...
- c) Da necessidade de conhecimentos técnicos de materiais e estruturas tradicionais e contemporâneos.

Tem-se constatado que a deficiente qualificação de arquitectos e engenheiros civis se faz sentir ao longo de toda a cadeia de decisão nas intervenções desta área, desde o

Dono-da-Obra ao Empreiteiro, passando pelo Projectista e pela Fiscalização e traduz-se, frequentemente, em prejuízo para a autenticidade do objecto da intervenção.

Nestas condições, torna-se necessário que o exercício da actividade na área da reabilitação das construções antigas e da con-



servação e restauro do património arquitectónico profissional seja reservado a técnicos especificamente qualificados, capazes de tomar as decisões mais acertadas e

assegurar a sua meticulosa execução. Este princípio aplica-se à elaboração dos projectos, à direcção das obras, à prestação de serviços de consultoria e fiscalização, e ao exercício de funções de supervisão, planeamento ou outras afins, em todas as obras de património arquitectónico classificado, em centros históricos de cidades e núcleos populacionais ou sempre que se trate de construções antigas de reconhecido valor histórico ou arquitectónico.

O GECORPA propôs assim à Ordem dos Engenheiros a criação do título de **Especialista em conservação do património arquitectónico** para engenheiros civis, aos quais caberá, em exclusividade, a responsabilidade da elaboração dos projectos estruturais, da direcção técnica das obras e da sua fiscalização. No caso de estas tarefas envolverem equipas, estas serão sempre chefiadas por um técnico com aquela qualificação. Na prestação de serviços de consultoria e no exercício de funções de supervisão, planeamento ou outras afins na área em apreço, a posse daquela qualificação deverá ser condição preferencial.

A outorga do título (qualificação) de **Especialista em conservação do património arquitectónico** pretende reconhecer a um engenheiro civil:



- A. Capacidade de reconhecer o valor estético e histórico das construções;
- B. Conhecimentos sólidos dos princípios fundamentais da Conservação do Património Arquitectónico (C.P.A.), tal como expressos nos documentos aplicáveis da UNESCO e do Conselho da Europa e subordinação a esses princípios;
- C. Competência para propor, caso a caso e de forma devidamente fundamentada, a derrogação de disposições regulamentares de natureza construtiva ou estrutural aplicáveis às construções correntes;
- D. Conhecimento dos antigos processos e materiais de construção (pedra, madeira, terra) e capacidade de projectar e construir com esses materiais, articulando-os, se necessário, com novos desenvolvimentos nesta área de actividade;
- E. Capacidade para identificar e avaliar os problemas de natureza estrutural da C.P.A. e para seleccionar e aplicar com bom senso os métodos de intervenção mais adequados à sua resolução;
- F. Capacidade de integrar os "apports" de outros agentes (arquitectos, historiadores da arte, arqueólogos, conservadores/restauradores, engenheiros de materiais e de outras especialidades, geólogos) e de contribuir para que, do ponto de vista estrutural, a intervenção tenha o menor impacto possível sobre a autenticidade do património edificado;
- G. Capacidade para liderar equipas de trabalho na área da C.P.A. e para planejar, dirigir e gerir a aplicação dos meios humanos e materiais;
- H. Subordinação ao interesse das populações directa ou indi-

rectamente envolvidas em todos os aspectos do trabalho realizado, incluindo quer os aspectos de segurança, de saúde, quer os de ordem social, jurídica e ambiental;

- I. Empenhamento na constante actualização dos seus conhecimentos e no aperfeiçoamento das suas competências na área da C.P.A..

A aptidão que é necessário demonstrar para efeitos de qualificação pode ser adquirida, basicamente, pelo estudo; pela experiência prática; pelo trabalho



de investigação e desenvolvimento. A outorga do título não terá alcance prático se não houver mecanismos que assegurem a articulação com a legislação aplicável a esta área de actividade e com as diversas entidades que nela intervêm: deverá assim ser assegurada a articulação com o Dec. nº. 73/73 (ver projecto de dec.-lei do então ainda MEPAT - Sec. Estado das Obras Públicas e protocolo celebrado pela O. E. com a Associação Nacional de Municípios Portugueses, com vista à melhoria da qualidade dos projectos e da execução de obras sujeitas a licenciamento municipal). Idêntica articulação deverá ser assegurada com entidades ligadas ao Ministério da Cultura (IPPAR), ao Ministério do Equipamento Social

(DGEMN, IGAPHE) com entidades como associações de promotores imobiliários, seguros, proprietários de imóveis, outras associações empresariais, etc... Idêntica articulação deverá existir ainda com o "Regime jurídico de acesso e permanência na actividade de empreiteiro de obras públicas e industrial de construção civil" (Dec.-Lei nº. 61/99 de 2 de Março), designadamente no que se refere à atribuição do certificado da categoria "Património Construído e Protegido" (Portaria nº. 412-I/99). Deverá existir articulação com o futuro "Regime de verificação da qualidade e da responsabilidade civil nos projectos e nas obras de edificação" (anteprojecto do Ministério do Equipamento Social), que prevê que as habilitações dos projectistas sejam objecto de uma certificação por uma associação pública e que os projectos possam ser objecto de certificado de qualidade a emitir pelas ordens profissionais. Poderá, finalmente, ser estabelecida uma correspondência com as "categorias de obras" da Portaria do M.O.P.C. de 72-02-07 (Instruções para cálculo dos honorários, artº. 10º.).

Deverá ser, também, assegurada a articulação com o Sistema Português da Qualidade (Directiva CNQ 28/95), sendo desejável que a gestão do processo de certificação pessoal no âmbito da engenharia, em geral, e da C.P.A., em particular, seja confiada à O.E.<sup>1</sup>. Por último, deverá ser feita a articulação e compatibilização com os regulamentos das restantes especializações existentes na O.E.. É, obviamente, desejável que a intervenção dos arquitectos no domínio em apreço seja objecto de disposições idênticas às preconizadas pela presente proposta relativamente a engenheiros civis. ■

<sup>1</sup> Presentemente a certificação de pessoas abrange já os Auditores (da qualidade e do ambiente), processo gerido pelo IPQ, e os Formadores, processo gerido pelo IEFP.